



Bloco de Esquerda

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **395208**

Classificação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



05 24 02

REQUERIMENTO

Data

11 04 11

Número

IXI (.ª)

PERGUNTA

Número **388**/IXI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

1914111

O Secretário da Mesa

[Signature]

Assunto: Pagamento de Honorários aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais

Destinatário: Ministério da Justiça

*Por determinação do S.E.C.P.F.R. do
Sua Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.04.11

[Signature]

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomou conhecimento que os honorários devidos aos advogados(as) pelos serviços desempenhados no âmbito do Apoio Judiciário não estão a ser pagos há largos meses.

O Estado tem a responsabilidade de garantir um tratamento igual perante a Justiça de todos os cidadãos e cidadãs. E essa garantia implica a disponibilidade dos advogados, que devem ser remunerados pelo seu serviço, dado que são eles que permitem o acesso ao direito constitucionalmente consagrado.

O não pagamento dos honorários devidos pelo trabalho desempenhado ao serviço da causa pública para garantir o acesso ao direito tem originado severos prejuízos na vida pessoal e profissional dos advogados, que mesmo não sendo remunerados há largos meses, não desistem na defesa dos seus constituintes e na defesa do sistema de justiça, e ainda asseguram como suas despesas inerentes aos processos que assumem.

O atraso nos pagamentos, para além de consistir uma falha grave do próprio Estado às suas obrigações, também não contribui para que este sistema funcione em pleno.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministro da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Quando prevê o Ministro da Justiça a normalização do pagamento dos honorários devidos aos advogados que diariamente permitem o acesso equitativo ao direito e à justiça em Portugal?
2. Que avaliação faz o Ministro da Justiça desta situação na capacidade operacional do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais?

Palácio de São Bento, 15 de Abril de 2011.

A Deputada,

Helena Pinto
Helena Pinto